



## CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LINCK, Ieda M. Donati<sup>1</sup>; PAQUERA, Marisa Conrado<sup>2</sup>;  
ZAMBERLAN, Eliane de Moura<sup>3</sup>.

**Palavras-chave:** Investigação. Conhecimento. Cultura. Mudanças.

### Introdução

Este trabalho pretende mostrar a discussão já existente no meio acadêmico, principalmente nos Cursos de Letras, quanto ao ensino Língua Portuguesa e do uso de Gramáticas, pois essas questões têm causado muita polêmica entre os profissionais da educação. Afinal, como a gramática deve (ou não deve) ser ensinada nas escolas? Por que o ensino de gramática vem sendo questionado? O que pensam os professores sobre essa questão? Como reagiriam os pais e os alunos diante de uma nova metodologia de ensino? E os professores estão preparados para essa nova prática? Não temos a intenção de apenas oferecer respostas, mas refletir sobre as questões acima.

### Métodos e Metodologias

Antigamente, aula de português era sinônimo de um confuso emaranhado de regras e nomenclaturas; era a gramática normativa, acompanhada de toda a sua terminologia, classificações, conjugações, regras, funções e só. Sabe-se que de tudo o que se viu e ou aprendeu, pouco ficou na memória, nem contribuiu para nos tornar leitores ou escritores. Exatamente por isso, acreditamos que embora exista uma perspectiva de aprendizagem em aulas totalmente embasadas na teoria gramatical, ela não sustenta uma porcentagem aceitável, isto é, quase sempre, é impossível que o aluno saia da escola sabendo escrever adequadamente. Por outro lado, o ensino de gramática não pode ser deixado de lado, a diferença está na metodologia usada para isso.

Apesar dos avanços teóricos, uma das maiores discussões no âmbito educacional é justamente o ensino de língua portuguesa, pois vem sendo considerado “arcaico”, devido ao uso de métodos totalmente teóricos, sem nenhuma significação e/ou aplicabilidade na vida dos alunos que, por sua vez, quase sempre, não conseguem estabelecer relações entre a teoria gramatical e a prática de texto.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pela UFSM. Mestre em Linguística. Mestre em Educação. Docente da Unicruz. Bolsista da Capes.

<sup>2</sup> Acadêmica do IV Semestre do Curso de Letras da Unicruz. – Parfor.

<sup>3</sup> Docente da Unicruz. Professora de Espanhol do Programa Parfor/Unicruz.



Há muitos professores que são resistentes à mudança e defendem o ensino de gramática normativa nas escolas, vinculada apenas à nomenclatura. Estes acreditam que ela possui suas correlações na vida cotidiana do aluno, uma vez que, estando seguros de seu funcionamento, bem como o uso das regras e exceções regidas pela gramática, eles poderão aplicá-las à sua prática textual. Talvez, por falta de fundamentação teórica, não foram convencidos que o ensino de gramática deve ocorrer de forma contextualizada. Acreditamos que o “saber escrever” está diretamente ligado à prática de leitura e de escrita, que devem ser respaldadas pelas regras gramaticais. E mais, saber dar nomes às partes que compõem uma frase não vai contribuir no processo de leitura e produção textual dos nossos educandos.

Precisamos alertar que o ensino de nomenclatura sem aplicabilidade levará o aluno a correr o risco de permanecer no plano das suposições, e não no da certeza. Com isso, questionamos: visto que as explicações decorrem das regras gramaticais, como fazê-las sem recorrer à gramática? Buscamos responder a seguir.

### **Resultados e Discussões**

No processo de alfabetização, o aluno deve aprender a consultar tanto o dicionário, quanto à gramática, a partir do estímulo de seus professores, pois isso faz parte do processo de ensino-aprendizagem. A ausência de hábitos como esses prejudica não só o desenvolvimento do aluno como indivíduo social, como também afeta a sua curiosidade científica, porque ele estará sempre na dependência de outras pessoas na hora de produzir, ou não se importará com a responsabilidade de sua produção.

Cabe lembrar ainda, que o ensino da gramática normativa não é apenas para proteger ou conservar a composição da língua, como denunciam alguns teóricos, mas, sobretudo, para subsidiar o usuário em suas necessidades textuais e orais, garantindo ainda que o falante da língua conheça o funcionamento de sua própria língua materna, possibilitando a total noção de características essenciais que pertencem à sua cultura.

Contudo, a maioria concorda que é o método de ensino que precisa ser mudado, pois acredita que, partindo de sua relevância, a gramática não pode ser “omitida”, devendo ser conhecida pelos usuários da língua, pois assim evitarão que, amanhã, o aluno pergunte: gramática? O que é isso? Para essa parcela de professores a questão é muito simples: o ensino da língua portuguesa deve ser harmonioso na relação entre o ensino da gramática normativa e descontextualizada, sem descartar completamente as terminologias e regras gramaticais, que são fundamentais para o desenvolvimento cultural e social dos alunos. Por outro lado, não



podemos ignorar os reais resultados, bastante desanimadores, comprovados em pesquisas, exames vestibulares de cunho investigatório.

Muitos professores partem do princípio de que antes de questionarmos o ensino de gramática nas escolas, é necessário que façamos uma análise dos vários tipos de gramáticas adotadas pelas instituições de Ensino Fundamental e Médio, passando, rapidamente, por parte de seu processo histórico, com vistas a compreender algumas concepções antigas que levaram a considerá-la como está em seu estágio atual.

### Conclusão

O ensino tradicional da norma gramatical não mais se basta. É preciso articular o conteúdo normativo (que é indispensável ao bom desempenho comunicativo-expressional dos sujeitos) às instruções de ciência — a Semiótica — que vem ganhando destaque no contexto atual, dada a sua relação com os processos cognitivos.

Vale acrescentar que nossa prática didática cotidiana no ensino tem testado e constatado a ineficiência do ensino da gramática tradicional com fim em si mesma. Para dar consistência de prova ao que se diz, exemplificam-se alguns conceitos que a gramática normativa apresenta com incongruências e regras sobre usos não ocorrentes da língua.

A teoria gramatical imposta por gramáticos, que recorrem quase que exclusivamente à língua da literatura para estabelecer a norma, tem demonstrado certa displicência, uma vez que fazem citações com referência bibliográficas vagas ou até omissas e decantam o uso corrente do idioma, determinando a fragmentação dos conteúdos que naturalmente se complementam.

Enfim, o ensino da Língua Materna precisa ser contextualizado e no lugar da corriqueira correção que estabelece algo como certo ou como errado deve – se considerar as variantes linguísticas para apontar se o uso é conveniente ou não em determinado contexto.

### Referências

GALVES, Charlotte. O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002.

INFANTE, Ulisses, *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*. Editora Scipioni, São Paulo, 2001.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

VILELA, M.; KOCH, I. V. Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra – Gramática da Frase – Gramática do Texto/Discurso. Livraria Almedina, Coimbra, 2001.